

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

DO REQUERIMENTO DE AUDIÇÃO AO PRESIDENTE DO CONSELHO MÉDICO DA REGIÃO
AUTONOMA DOS AÇORES ORDEM DOS MÉDICOS DOS AÇORES

DEZEMBRO DE 2024



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 31 de outubro de 2024 e da agenda da reunião constava a audição do presidente do Conselho Médico dos Açores da Ordem dos Médicos, Dr. Carlos Ponte, no âmbito do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para prestar esclarecimentos sobre os incidentes ocorridos no Hospital do Divino Espírito Santo, no âmbito do acompanhamento da Comissão das várias realidades que se relacionam com esse incidente.

As audições decorreram na delegação desta Assembleia Legislativa, na ilha de São Miguel e ainda com recurso a meios telemáticos.

CAPÍTULO I ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Ao abrigo das alíneas b) e f) do n.º 1 do artigo 105.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, as comissões têm, entre outros, o poder de solicitar depoimentos de quaisquer cidadãos e realizar audições parlamentares.

Ao abrigo do citado artigo, o Partido Socialista, através de requerimento, oral, dirigido ao Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais, solicita a presença do Dr. Carlos Ponte, na qualidade de representante da Ordem dos Médicos na Região Autónoma dos Açores, tendo tal requerimento merecido a aprovação por maioria, em reunião da Comissão, ocorrida a 16 de julho de 2024.

As matérias no âmbito de *saúde* são competência desta Comissão, nos termos do artigo 4.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril.

CAPÍTULO II AUDIÇÃO

O senhor deputado José Miguel Toste do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no requerimento oral que deu origem à presente audição, refere que no contexto do trabalho que tem sido desenvolvido nesta Comissão, no âmbito do acompanhamento dos incidentes ocorridos no Hospital do Divino Espírito Santo, com a audição da Sra. Secretária Regional da Saúde e Solidariedade Social, num primeiro momento, nesta Comissão, com a visita desta comissão ao



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

HDES, esta Comissão tem desenvolvido um trabalho que é absolutamente essencial para a atividade dos Deputados da Assembleia Legislativa dos Açores, de acompanhamento das várias realidades que se relacionam com aquele incidente. Tendo em consideração que foram enviados diversos relatórios a esta Comissão e que existem algumas divergências públicas da interpretação que é feita por parte dos decisores políticos e dos autores dos relatórios, aliado também às tomadas de decisões públicas por parte de médicos ou antigos médicos do Serviço Regional de Saúde, que além disso são acompanhadas por alguns alertas em relação à fadiga dos profissionais de saúde, feitas designadamente pela Ordem dos Médicos e pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 105 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar Partido Socialista, entendeu oportuno solicitar a audição, entre outras individualidades, do Dr. Carlos Ponte, enquanto Presidente do Conselho Médico dos Açores da Ordem dos Médicos.

Da audição do Presidente do Conselho Médico dos Açores da Ordem dos Médicos, Dr. Carlos Ponte, acompanhado pela Vice-Presidente, Dra. Maria Inês Leite, ocorrida em 31 de outubro de 2024 destaca-se que:

O Presidente da Ordem dos Médicos dos Açores, Dr. Carlos Ponte, iniciou a audição agradecendo o convite e sublinhando a importância de a Ordem dos Médicos contribuir para a resolução dos desafios enfrentados após o incêndio ocorrido no Hospital do Divino Espírito Santo (HDES). Descreveu o incêndio como uma situação ímpar e destacou a resposta exemplar da equipa hospitalar, que conseguiu evacuar mais de 400 doentes em tempo recorde, sem vítimas graves. Enfatizou que esta situação evidenciou não apenas a necessidade de uma reestruturação urgente, mas também os desafios logísticos e operacionais decorrentes da dispersão dos serviços.

A Vice-Presidente, Dra. Maria Inês Leite, reforçou a importância do trabalho conjunto para superar as limitações atuais e assegurar a qualidade do atendimento aos utentes, bem como garantir boas condições de trabalho para os profissionais de saúde. Sublinhou ainda que o incêndio trouxe à tona problemas estruturais antigos do hospital, que agora precisam ser enfrentados de forma definitiva.

Iniciada a Primeira Ronda, o Deputado José Toste (PS) começou a sua intervenção agradecendo a presença dos representantes da Ordem dos Médicos e manifestou a sua preocupação com o impacto do incêndio no futuro do HDES. Questionou sobre os prazos para a retoma total do funcionamento do hospital (HDES), as condições da urgência na CUF e do hospital modular, e os impactos nas listas de espera, sobretudo na área médico-cirúrgica. Acrescentou que, apesar da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

resposta exemplar no dia do incêndio, o desafio agora é o pós-incêndio e a recuperação plena dos serviços.

Perante as questões colocadas, o Dr. Carlos Ponte respondeu que ainda não existe uma calendarização definitiva para a retoma total do hospital, uma vez que os danos se revelaram mais extensos do que inicialmente previsto. Explicou que o plano funcional está a ser desenvolvido para assegurar uma reestruturação eficiente e moderna. Sobre as listas de espera, afirmou que o incêndio agravou uma situação já de si complexa, mas que medidas estão a ser tomadas, como a produção cirúrgica acrescida e protocolos com unidades privadas. Quanto à urgência na CUF, destacou que, apesar das limitações de espaço, o foco está em garantir segurança e qualidade.

No uso da réplica, o Deputado José Toste (PS) manifestou preocupação com a dependência contínua de instalações provisórias e questionou quais as medidas concretas que poderiam acelerar o regresso ao HDES.

Neste particular, o Presidente explicou que a transição para uma solução definitiva depende da conclusão das obras no HDES e do reforço de equipas e equipamentos. Assegurou ainda que a Ordem dos Médicos tem pressionado no sentido deste processo decorrer com celeridade.

A Deputada Délia Melo (PSD) questionou se tem havido articulação entre a Ordem dos Médicos e o Governo Regional no levantamento das necessidades e na definição da estratégia para o hospital no período pós-incêndio. Perguntou, ainda, se seria viável ter já o Serviço de Urgência do Hospital Divino Espírito Santo em pleno funcionamento, como muitos defendem. Em resposta, o Presidente da Ordem dos Médico afirmou categoricamente que “Dizer que se pode abrir a urgência é não estar dentro da realidade”, salientando que esse serviço do Hospital do Divino Espírito Santo há muito que estava obsoleta.

A ideia foi corroborada pela Vice-Presidente da Ordem dos Médicos dos Açores, Dra. Maria Inês Leite, que insistiu que a unidade estava deficitária em termos de infraestruturas e espaço e reconheceu que o incêndio expôs problemas antigos e destacou a oportunidade de reestruturar o hospital com uma visão de longo prazo. Defendeu que o foco deve ser na criação de um hospital moderno, adaptado às necessidades atuais e futuras, com melhores infraestruturas e tecnologias, como está pensado, sendo que tal seria também um contributo importante para a fixação de recursos humanos especializados.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

De seguida, interveio a Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP), que abordou a dificuldade na fixação de médicos na Região e perguntou que estratégias poderiam ser adotadas para atrair e reter profissionais, especialmente em especialidades carenciadas.

Em resposta, o Dr. Carlos Ponte apontou que incentivos financeiros são apenas uma parte da solução. Defendeu que a modernização das infraestruturas, melhores condições de trabalho e oportunidades de formação contínua são fatores essenciais. Enfatizou ainda a importância da colaboração com a Universidade dos Açores, que já tem contribuído para a formação local de médicos, como um passo estratégico para promover a fixação.

O Deputado António Lima (BE) expressou a sua preocupação com a qualidade do ar e as infraestruturas dos blocos operatórios, questionando se a Ordem dos Médicos dos Açores recebeu queixas sobre condições de trabalho e qual a avaliação do hospital modular como solução transitória. Perguntou também sobre o impacto na saúde dos utentes devido à redução da capacidade cirúrgica.

A Vice-Presidente, Dra. Maria Inês Leite, em resposta, explicou que o incêndio revelou problemas na ventilação dos blocos operatórios, que já estavam em fim de vida útil, e que os trabalhos de requalificação têm seguido as normas mais recentes. Quanto ao hospital modular, reconheceu limitações iniciais, mas afirmou que os ajustes estão a ser feitos para melhorar os circuitos e a capacidade de resposta.

No uso da réplica, o Deputado António Lima (BE) destacou a importância de uma calendarização clara para as obras no HDES e questionou se a Ordem está a acompanhar de forma contínua o processo.

Neste contexto, o Dr. Carlos Ponte garantiu que a Ordem dos Médicos dos Açores participa ativamente nas discussões com o Conselho de Administração e continuará a monitorizar os progressos para assegurar que os prazos sejam cumpridos.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) fechou esta primeira ronda, reconhecendo que o tema já se tornou repetitivo, mas que era inevitável à situação da urgência do Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), após o incêndio.

Exatamente por isso, a Deputada Hélia Cardoso (CH) lembrou que a solução apresentada tinha sido um avanço com a construção do hospital modular, que estaria funcional em 60 dias, segundo o que serão apresentados inicialmente. Em simultâneo, desenvolver-se-ia o plano funcional e os



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

restantes projetos de engenharia, prevendo-se o início das obras no HDES em 2025. Contudo, segundo a deputada, os prazos não estão a ser cumpridos. A montagem do hospital modular tem sofrido atrasos devido à demora na chegada de equipamentos, problemas com compras e transportes, levando a um deslizamento constante no calendário.

Neste contexto, a deputada questionou se não teria sido mais prudente optar por uma segunda abordagem: manter o HDES em funcionamento enquanto se realizavam os procedimentos necessários, como o planeamento, o concurso público e a preparação do hospital modular. Dessa forma, as equipas profissionais e os pacientes não infetados foram sujeitos à atual dispersão por vários locais e a mudança para o hospital modular aconteceria de forma mais estruturada, talvez apenas em 2026.

Em resposta, a Dra. Maria Inês Leite esclareceu que o prazo inicial de 60 dias se referia apenas ao primeiro módulo de urgência básica, cumprido pela empresa responsável. Contudo, surgiram atrasos devido à necessidade de preparação do terreno, que era um antigo heliporto, e à construção de infraestruturas fundamentais, como tubagens e eletricidade. Além disso, houve demora nos cadernos de encargos para aquisição dos equipamentos necessários, o que atrasou a conclusão da estrutura modular.

A Dra. Maria Inês sublinhou ainda que manter o HDES em funcionamento após o incêndio era impraticável devido aos danos profundos nas infraestruturas.

A fuligem, infiltrou-se em todos os equipamentos e sistemas eletrónicos, causando erros irreparáveis. A corrente elétrica, por sua vez, era garantida por geradores provisórios, que não tinham capacidade para suportar o hospital em pleno funcionamento. Destacou-se que a execução de obras num hospital em funcionamento seria extremamente complexa, devido ao ruído, ao pó, aos riscos de infeção e ao impacto na saúde dos doentes e dos profissionais. Como exemplo, mencionou um episódio em que obras no quinto andar causaram queixas constantes de pacientes devido ao barulho e ao aumento do stress.

Em réplica, a Deputada Hélia Cardoso (CH), insistiu que não defendia a realização de obras simultâneas com a atividade clínica. A sua proposta referia-se apenas a manter o HDES funcional durante o tempo necessário para um planeamento estruturado e a preparação do hospital modular, garantindo que tudo estaria devidamente organizado antes do início das obras, o que, segundo ela, seria mais prudente e menos desgastante.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

No uso da contra-réplica, a Dra. Maria Inês reafirmou que a situação do HDES, logo após o incêndio, não permitiu manter o hospital a funcionar, mesmo que temporariamente. As condições eram demasiado precárias, exigindo uma alternativa imediata. O hospital modular foi a solução encontrada para centralizar os serviços de forma gradual e permitir que o hospital continue a operar com qualidade e segurança. Cresceu ainda que a dispersão atual, apesar de ser desgastante para os profissionais, foi significativa no curto prazo.

Por fim, a médica sublinhou que esta crise, apesar de todos os desafios e atrasos, representa uma oportunidade única para reestruturar o HDES em profundidade, resolvendo problemas antigos e criando condições adequadas para o futuro.

Na segunda ronda de perguntas, o Deputado José Toste (PS) começou por sublinhar os relatos de cansaço por parte dos profissionais de saúde e questionou se a Ordem dos Médicos tem recebido queixas formais relacionadas com as condições de trabalho, especialmente no contexto do hospital modular e das parcerias estabelecidas. Perguntou ainda quanto tempo seria aceitável para que a urgência provisória no hospital modular se mantivesse em funcionamento.

O Presidente da Ordem dos Médicos, Dr. Carlos Ponte, destacou a resiliência e o espírito de sacrifício dos profissionais de saúde, que têm dado o seu melhor em condições adversas. Relatou que os médicos frequentemente trabalham em locais sem condições ideais, como na CUF, onde não têm espaços de descanso adequados. Quanto à urgência modular, sublinhou que, apesar de ser uma solução transitória, tem apresentado melhorias graduais e será uma infraestrutura importante até que o HDES esteja plenamente operacional.

No uso da réplica, o deputado demonstrou preocupação com a aproximação do período de inverno e o aumento esperado na procura pelos serviços de urgência, questionando se a atual capacidade do hospital modular será suficiente.

Em resposta, o Dr. Carlos Ponte reconheceu que o inverno representa um desafio adicional e informou que estão previstos ajustes na estrutura do hospital modular para responder ao aumento de afluência, como a expansão da sala de espera e o reforço de circuitos de atendimento.

Posteriormente, a Deputada Hélia Cardoso (CH) questionou se o problema das infraestruturas dos blocos operatórios no HDES já existia antes do incêndio e quais foram as razões para não terem sido resolvidos previamente.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A Dra. Maria Inês Leite explicou que problemas nas infraestruturas, como as condutas de ar e os ventiladores dos blocos operatórios, já haviam sido identificados anteriormente, mas o incêndio agravou a situação e revelou novas falhas. Informou que, neste momento, estão a ser implementadas medidas de requalificação que cumprem as normas mais recentes de segurança e qualidade.

De seguida, o Deputado António Lima (BE) solicitou esclarecimentos sobre os prazos para a retoma plena do HDES e perguntou que medidas concretas estão a ser adotadas para aumentar a capacidade de cirurgia de ambulatório. Questionou ainda sobre o impacto do trabalho suplementar nos médicos e se há profissionais que já ultrapassaram os limites legais de horas extras.

Em resposta, a Vice-Presidente da Ordem dos Médicos dos Açores, Dra. Maria Inês Leite, informou que o plano funcional está em fase de elaboração e que o início das obras no HDES está previsto para o segundo semestre de 2025. Quanto à cirurgia de ambulatório, explicou que o espaço e os equipamentos limitam atualmente a sua expansão, mas que já estão a ser estudadas soluções para melhorar a capacidade. Relatou ainda que muitos médicos têm ultrapassado os limites de horas extras devido à necessidade de assegurar a continuidade dos serviços.

No uso da réplica, o Deputado António Lima (BE) lamentou a sobrecarga dos médicos e sublinhou a importância de implementar medidas que reduzam a dependência de trabalho suplementar. Questionou ainda se a Ordem dos Médicos tem propostas específicas para melhorar a gestão de recursos humanos.

Neste âmbito, o Dr. Carlos Ponte reconheceu o desafio e destacou a necessidade de atrair mais profissionais para a Região, melhorar as condições de trabalho e investir em formação e tecnologia como estratégias de longo prazo.

A última pergunta desta segunda ronda foi colocada pela Deputada Salomé Matos (PSD), que questionou os convidados se alguma vez esteve ou está em causa a segurança dos cuidados de saúde prestados aos açorianos, ao que foi cabalmente respondido que não. Solicitou ainda a opinião da Ordem dos Médicos sobre como conciliar as exigências de obras com o funcionamento contínuo do hospital, sabendo que não há alturas ideais para que tal ocorra o que obteve a concordância do Presidente do Conselho Médico da Ordem dos Médicos. À questão de quais as medidas que tendo sido sugeridas para melhorar a capacidade e a prontidão da resposta dos HDES que não foram acolhidas pelo CA do HDES ou da Tutela foi esclarecido que aquele órgão sugeriu a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

não realização de eventos geradores de grandes aglomerados e potenciadores do risco de acidentes foi acolhida e aplicada.

Para a terceira e última ronda, inscreveram-se o Deputado Flávio Pacheco (PS), a Deputada Salomé Matos (PSD) e a Deputada Hélia Cardoso (CH).

O Deputado Flávio Pacheco (PS) começou por agradecer aos convidados os esclarecimentos prestados até então e demonstrou a sua preocupação com as listas de espera, não só para cirurgias, como também para exames e consultas. Neste contexto, questionou a Ordem dos Médicos dos Açores se perante a atual conjuntura, em que temos um Hospital a funcionar não a 100%, um Hospital Modular e parcerias com instituições privadas, como é o caso da CUF, não seria possível reverter o aumento destas listas de espera, nomeadamente através de um plano de recuperação específico para as Listas de Espera atuais.

A Deputada Salomé Matos (PSD) questionou sobre a hospitalização domiciliária e como esta estratégia poderia ser renovada para reduzir a ocupação de camas hospitalares, permitindo uma maior ênfase na expansão da cirurgia de ambulatório. Questionou também a visão da Ordem sobre o papel dessa abordagem no futuro da prestação de cuidados nos Açores.

Por fim, a Deputada Hélia Cardoso (CH) pediu esclarecimentos sobre as limitações das camas para recobro na cirurgia de ambulatório, questionando se seria possível utilizar camas de internamento de curta duração para compensar e aumentar a capacidade de produção cirúrgica.

Em resposta ao Deputado Flávio Pacheco (PS), a Dra. Maria Inês Leite realçou que o voluntariado é gerido com base na disponibilidade dos profissionais, sendo incentivado pela necessidade urgente de reduzir listas de espera e pelo compromisso ético dos médicos com os seus doentes. Informou ainda que a produção acrescida tem ocorrido regularmente, não obstante constatar que o cansaço acumulado pode ser um fator limitante. Ainda em resposta, interveio o Presidente da Ordem dos Médicos que referiu que a recuperação de lista de espera no HDES foi retomada e que a cirurgia ambulatória vai permitir diminuir listas de espera.

Relativamente à questão colocada pela Deputada Salomé Matos (PSD), a Vice-Presidente da Ordem dos Médicos dos Açores, Dra. Maria Inês Leite, destacou que a hospitalização domiciliária é uma abordagem promissora que pode beneficiar os doentes, mantendo-os no seu ambiente familiar e minimizando eventuais complicações associadas à hospitalização. Reforçou também que a implementação desse modelo exige equipas dedicadas e recursos adicionais, mas que pode trazer benefícios em termos de eficiência e qualidade. Por fim, salientou que essa estratégia está



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

alinhada com as necessidades de modernização do sistema de saúde. Quanto às obras, destacou que o planeamento cuidadoso é essencial para minimizar impactes no atendimento.

Referindo-se à questão colocada pela Deputada Hélia Cardoso (CH), a Dra. Maria Inês Leite explicou que as camas de recobro têm especificidades que não permitem a sua substituição por camas de internamento geral. Adiantou ainda que essas camas estão equipadas para monitorar e ventilar pacientes no período pós-operatório imediato, com uma equipe dedicada exclusivamente a esse cuidado. Relembrou também que as limitações atuais são físicas e não apenas de equipamento ou pessoal, sendo necessária uma expansão das infraestruturas para resolver este problema.

Com a conclusão da terceira rodada, os representantes da Ordem dos Médicos agradeceram a oportunidade de contribuir para os trabalhos da Comissão Parlamentar, reiterando o seu compromisso em colaborar com todas as entidades para superar os desafios enfrentados pelo HDES e pelo Sistema Regional de Saúde (SRS).

CAPÍTULO III

CONCLUSÕES E PARECER

Atenta a natureza das audições realizadas, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade aprovar o presente relatório.

Horta, 17 de dezembro de 2024

A Relatora

Inês Soares de Oliveira e Sá

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

Sandra Costa Dias